

POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NA ATUALIDADE

Nádia Maciel **Falcão** – UFAM

Resumo

O trabalho retoma o tema da transição para a vida adulta a partir da abordagem de alguns aspectos que têm se mostrado importantes para a compreensão desse processo na sociedade contemporânea. A argumentação reúne apontamentos teóricos sobre a temática entrecruzados com dados construídos em pesquisa realizada no período de 2010 a 2014 com jovens da Cidade de Manaus. A pesquisa contemplou uma etapa empírica de caráter longitudinal, na qual foi possível o acompanhamento de um grupo de dez jovens no referido período. Utilizou-se questionário semiestruturado e entrevistas biográficas para sondagem de diferentes dimensões da condição juvenil. Os resultados apontam que, nas sociedades modernas, a transição segue cada vez menos os programas lineares e baseados no cumprimento de etapas para apresentar-se enquanto processo cada vez mais individualizado. As novas configurações das relações dos jovens com o trabalho, com a escola e com os membros mais velhos das famílias são, dentre outras, peças imprescindíveis à compreensão do mosaico das transições.

Palavras-chave: Transição; Família; Autonomia; Independência.

POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NA ATUALIDADE

A transição para a vida adulta é um dos temas mais explorados nos estudos sociológicos sobre jovens. Dependendo perspectiva, pode-se tomar a noção de transição para nomear o fenômeno da saída da juventude e entrada na vida adulta como fato concluído; ou como um processo de maior extensão, constituído de aproximações graduais dos jovens com relação aquilo que representa e institui o adulto nas diferentes sociedades.

Para o enfrentamento deste tema na perspectiva de processo é preliminar considerar que a juventude não é uma categoria universal e imutável, mas situada no tempo e espaço das diferentes sociedades. Se no início juventude representava uma

condição apenas possível para os indivíduos da elite, nos dias atuais, não é incomum pensa-la com relação a diferentes grupos. Para Abramo (2008, p. 44),

A juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida.

Assim como os significados de ser jovem e de ser adulto podem variar, a passagem entre essas fases da vida também se associa a diferentes marcadores. Há grupos sociais para os quais os sinais de maturação do corpo são indicadores suficientes para considerar que um indivíduo transitou para a vida adulta. Nesse tipo de sociedade, a passagem geralmente inclui atos públicos e rituais.

As sociedades modernas ocidentais consideram os aspectos biológicos na definição de juventude e vida adulta e também possuem alguns rituais típicos de determinados momentos da vida, mas estes dois elementos não são suficientes para enquadrar um indivíduo na condição de jovem ou de adulto e também não o são para compreender o processo de transição.

Os múltiplos pertencimentos e os critérios de diferenciação social dos indivíduos atuantes nessas sociedades inserem outras dimensões a serem consideradas. Com o aprofundamento dos pressupostos da modernidade, definir aquilo que é especificidade da juventude e o que é particular ao ser adulto, tornou-se tarefa ainda mais complexa.

Pode-se dizer que nas sociedades modernas, a transição segue cada vez menos programas lineares e baseados no cumprimento de etapas para apresentar-se enquanto processo cada vez mais individualizado. O processo de individualização, conforme destaca Beck (2010) não é uma invenção da segunda metade do Século XX, mas é a partir desse período que o indivíduo se vê convocado com mais intensidade a desprender-se de teias de afirmação e proteção (instituições, direitos sociais, tradições etc.) constituídas no seio da sociedade industrial.

Este estudo adota a perspectiva de análise da transição como um processo, ou seja, entende que a transição para a vida adulta não é o ato final de passagem entre

fases, mas o movimento de experimentação gradual e às vezes concomitante de situações peculiares a uma ou a outra fase da vida.

Compreender esse movimento requer considerá-lo enquanto processo que ocorre em referência a definições sociais e culturais mais amplas (normas, instituições, costumes, representações etc.), e, ao mesmo tempo é a expressão do diverso, quando consideradas as experiências individuais e as múltiplas combinações de atributos e pertencimentos dos sujeitos, podendo assim alongar-se para uns, ou encurtar-se para outros.

A análise aqui proposta retoma proposições teóricas sobre o tema da transição, mas também toma como lastro empírico a experiência de um grupo de jovens estudantes do ensino médio na Cidade de Manaus, participantes de uma pesquisa no período de 2010-2014. O filtro de análise do processo de transição é deslocado de marcadores tradicionalmente associados à transição, para o grau de aproximação que os jovens apresentam quanto às dimensões da autonomia e independência.

A pesquisa adotou pressupostos teórico-metodológicos da abordagem biográfica na modalidade de relatos de vida (BERTAUX, 2005) priorizando o acompanhamento da situação de dez jovens durante o período de quatro anos, com ênfase nas questões da pesquisa, dentre as quais a transição para a vida adulta.

1 A transição enquanto aproximações entre juventude e vida adulta

A produção acadêmica das últimas décadas sobre o tema das transições já representa um acúmulo significativo de reflexões, que têm permitido delinear algumas tendências. Apesar das flagrantes diferenças entre as realidades de diferentes países, os estudos sinalizam um alargamento do espaço compreendido entre juventude e vida adulta e um processo de despadroneamento e fragmentação dos processos de transição.

A dilatação do tempo de transição da juventude para a vida adulta ocorre em função de diferentes questões, podendo remeter ao fenômeno do prolongamento da juventude, como também à situações de diferimento da entrada na vida adulta. Para Singly (2005) esse processo é tomado como um indicativo de que o fluxo da vida, cada vez mais marcado por processos de formação permanente do eu, não permite encerrar definitivamente todas as características que são peculiares a determinadas fases.

A noção de prolongamento da juventude refere-se à extensão do tempo que se leva para atravessar etapas social e culturalmente utilizadas para demarcar a condição

juvenil nas sociedades ocidentais, sobretudo nos meios urbanos. Estes marcadores muitas vezes se traduzem em ações institucionais e normativas dirigidas à juventude.

De facto, assiste-se, na sociedade contemporânea, a um *prolongamento da condição juvenil*: porque os percursos escolares são mais longos, porque há uma mais tardia inserção no mercado de trabalho; porque o acesso a casa própria é difícil; porque os casamentos se retardam, devido também a uma maior liberalização das relações sexuais. (PAIS, 2005, p. 67, grifos do autor)

A noção de diferimento da entrada na vida adulta é apresentada por Casal *et al.* (2006), para nomear os crescentes casos em que a permanência do indivíduo no domicílio de origem é uma opção, antes que uma necessidade. Considerando a juventude como um trecho da biografia que se estende do início da puberdade até a emancipação familiar plena, caracterizada pelo estabelecimento de domicílio próprio, estes autores consideram que os casos em que estão dadas as possibilidades de emancipação, mas o sujeito opta por adiá-la, não se enquadram analiticamente na categoria de prolongamento da juventude, retratando antes um diferimento da entrada na vida adulta.

Na perspectiva de Singly (2005), a dificuldade em dimensionar a duração da transição deve-se ao fato de que o término da juventude é um processo que só se efetiva de maneira parcial, quando se considera que a idade adulta não retira do sujeito a possibilidade de “formação permanente do eu” e não encerra a persecução da coerência entre as dimensões da autonomia e da independência, processo que ao longo da juventude potencializa a experimentação e a projeção de futuro. Para Singly (2005, p. 120), “los individuos contemporáneos no se niegan a crecer; sin embargo, no quieren renunciar a lo que simboliza la juventude: su próprio nacimiento y a la vez la posibilidad de renacer.”

Desvelar a realidade dos jovens brasileiros e seus processos de transição a partir dos matizes que os constituem, parece ser um investimento oportuno, pois seguramente há elementos que distinguem esses jovens daqueles que vivem em outras partes do mundo. Sabe-se que a diversidade é uma característica que pode sobressair mesmo quando tratados indivíduos de um mesmo país ou região, pois embora reflitam uma

unidade do ponto de vista geracional, os jovens também espelham o diverso a partir dos elementos culturais, sociais, etários, étnicos, de gênero etc.

Entender os modos como ocorrem os processos de transição dos jovens brasileiros para a vida adulta exige um exercício de rigorosa combinação de elementos de unidade e diversidade e um olhar atento às fendas produzidas pelas desigualdades socioeconômicas que marcam a história deste País. Além disso, essa é certamente uma tarefa que exige um esforço coletivo.

Pesquisas¹ sinalizam que o quadro de mudanças que as sociedades de economia capitalista vêm atravessando desde meados da década de 1970 têm afetado substancialmente os modos de passagem da juventude para a vida adulta.

Os pesquisadores identificam que o modelo de transição assentado no cumprimento de uma sequência linear das etapas de escolarização, inserção profissional, saída da casa dos pais, casamento e nascimento do primeiro filho, que predominou em outros momentos das sociedades modernas de economia capitalista, já não ocorre para a maioria dos jovens.

No modelo linear de transição para a vida adulta, as passagens entre estágios (escola-trabalho; trabalho-saída da casa dos pais; saída da casa dos pais-casamento etc.) configuravam transições específicas a partir das quais se fazia a travessia mais ampla para a vida adulta. Assim, as maiores possibilidades de uma pessoa permanecer no mesmo emprego ou numa carreira profissional por toda a vida, independente do grau de qualificação ou prestígio social da ocupação, era pré-requisito importante à concretização de fases seguintes, como domicílio próprio ou casamento.

Nos contextos em que transições intermediárias foram incorporadas aos projetos político-institucionais e culturais de transição para a vida adulta, cada um dos estágios proporcionava uma espécie de preparação e recursos para o estágio seguinte. Sabe-se, contudo que este modelo aterrissou com diferente força nas distintas sociedades. Na transição da escola para o trabalho, por exemplo, há países que configuraram uma relação de passagem mais ou menos pré-programada entre os processos formativos institucionalizados e o mercado de trabalho e outros nos quais o trabalho se apresentou para grande contingente da população como um campo independente da escolarização, como sabemos é o caso do Brasil.

¹ Pimenta (2007) e Camarano (2006), no Brasil; Pais (2005) e Guerreiro e Abrantes (2007) em Portugal; Casal *et al.*(2006) na Espanha; dentre outras.

No estudo de Tartuce (2007) sobre a transição escola-trabalho, fica claro que por aqui há evidentemente uma convivência entre escola e trabalho, na medida em que os jovens estão inseridos em ambos os lugares, mas não há, necessariamente, uma transição, principalmente quando considerada a escolarização de nível médio.

Se transição é um processo de passagem entre duas coisas que estão relacionadas, no Brasil – ou melhor, para os jovens que procuram trabalho por meio de mecanismos institucionalizados de intermediação na maior metrópole do país – a passagem da escola para o trabalho só parece adquirir sentido quando se dá entre a faculdade e um trabalho da área. Em outras palavras, quando não se chega ao ensino superior, não se trata efetivamente de transição escola-trabalho, seja por causa do distanciamento entre a experiência da escola regular e o mundo do trabalho, seja porque essas duas esferas são largamente conviventes, isto é, são vividas ao mesmo tempo. (TARTUCE, 2007, p. 354)

O que pode ser generalizado acerca dos novos padrões de transição é que a sequência típica que outrora predominou já não é vivida pela maioria dos jovens em virtude, tanto de mudanças socioeconômicas e culturais mais amplas, quanto por questões que se operam no campo subjetivo. Em seu lugar vão surgindo trajetórias diversificadas que emprestam sentidos diferentes a cada uma das etapas isoladamente e também às relações estabelecidas entre estas.

Assim, é que, com muita frequência, podem ser encontrados, hoje, jovens que se casam ou passam a coabitar sem ter saído da casa dos pais; permanecem na casa dos pais mesmo tendo alcançado independência financeira por meio de empregos bem remunerados; casam-se, separam-se e voltam à moradia da família de origem; adiam o ingresso no mercado de trabalho em função do prolongamento da escolarização; saem da casa dos pais, mas continuam a receber auxílios financeiros e de outras ordens; assim como podem ser encontrados também jovens que descrevem trajetos lineares aos moldes tradicionais.

Se, por um lado, a maior plasticidade das estruturas e das relações sobre as quais se desenvolvem a experiência juvenil nos dias de hoje sugere que as possibilidades de

escolha dos jovens estão ampliadas, por outro, também apresenta elementos contraditórios, que podem camuflar estados perversos de estagnação sob a aparente fluidez. Como destacam Guerreiro e Abrantes (2007, p. 39),

Não só as fronteiras entre o percurso de escolaridade e o mercado de trabalho se tornam fluídas, como a saída de casa dos pais não é definitiva nem implica necessariamente o casamento. Esta realidade de relativa anomia abre um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências. Por outro lado, dá também origem a "buracos negros", situações em que os jovens não estão integrados em qualquer das esferas (educação, emprego, família), mergulhando em processos de exclusão e isolamento.

Nessa direção, é importante abrir aqui um parêntese para salientar que as mais recentes pesquisas sobre a população juvenil no Brasil apontam dados preocupantes relacionados a um significativo número de jovens que não se encontram nem na escola, nem no trabalho².

Quando considerado o conjunto das pessoas que têm entre 15 e 29 anos, os mais velhos são maioria entre aqueles que estão fora da escola e do mercado de trabalho. Mesmo com a ponderação de que para alguns desses jovens a condição de desfiliação possa ser provisória, haja vista que a população juvenil é fortemente atingida pelo desemprego recorrente e que para muitos a conclusão da escolarização básica ainda é um desafio, os dados preocupam porque no Brasil escola e mercado de trabalho são primordiais na estruturação das identidades juvenis.

O estudo de Camarano e Kanso (2012) traz o perfil dos jovens que se estão nessa condição que vem sendo nomeada de *nem-nem*. Segundo as autoras, a maioria destes jovens é do sexo feminino; moravam nos domicílios da mais baixa faixa de renda, nos

² Em estudo comparativo dos resultados dos Censos Populacionais de 2000 e 2010 do IBGE, Camarano e Kanso (2012) apontam o aumento do número de jovens que não estudavam e nem trabalhavam. Em 2000, o quantitativo de jovens nessa condição representava 16,9% da população juvenil, enquanto que em 2010 esse percentual subiu para 17,2%. A Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013), também sinaliza que uma importante parcela da população jovem (26%) encontra-se fora da escola e do mercado de trabalho.

quais um menor número de pessoas encontrava-se trabalhando e havia uma maior dependência da renda dos chefes, que, por sua vez, tinham a mais baixa escolaridade.

Saber mais sobre esses jovens é um importante desafio para as políticas públicas e a academia. No estudo da transição esse é um tema relevante, pois, a primeira vista, pode acenar para uma suspensão do movimento, que é uma característica central da transição. Porém, é preciso avançar no mapeamento dos fatores que têm produzido essa situação, para verificar até que ponto ela expressa uma evasão do jovem da cena pública, e até que ponto ela é resultado do investimento que os jovens podem estar fazendo em modos de inserção laboral e de formação não necessariamente compatíveis com as medidas da estatística oficial.

Fechando esse parêntese sobre os jovens nem-nem, pode-se considerar que a transição para a vida adulta ocorre em meio aos constrangimentos estruturais mais amplos, mas também reflete a diversidade de percursos individuais. Diante do embate que se estabelece entre prescrições e (im)possibilidades, que derivam das estruturas sociais, e intenções e estratégias de ação, que marcam a ação do indivíduo, a reversibilidade ganha força como uma característica das ações e decisões juvenis.

Como alternativa a opostos binários tais como: estudante/não estudante, empregado/desempregado, solteiro/casado etc, os jovens da geração ioiô (Pais, 2005) se desdobram em personagens possíveis experimentando estatutos intermediários e reversíveis, com maior ou menor grau de transitoriedade, precariedade ou formalidade.

Além disso, por suas estratégias de se centrar no presente, em tempos em que futuros pensados em termos de médio e longo prazo despertam preocupações, os jovens têm sido considerados modelos culturais.

[...] Nas "voltas que a vida dá" é curioso constatar que o movimento (iô) de socialização de pais para filhos dá uma volta de retorno (ioiô) que assegura que também os pais sejam socializados pelos filhos, aculturizados por uma cultura juvenil, cada vez mais referencial, nomeadamente no domínio da moda e da valorização do corpo. (PAIS, 2005, p. 59, grifos do autor)

Também, neste aspecto, é preciso estar atento a uma contradição fundamental, pois ao mesmo tempo em que os jovens têm se destacado na invenção de estratégias

para lidar com as novas ordens econômicas, sociais e culturais, muitos dos referenciais do modelo tradicional do ser adulto permanecem a povoar seus horizontes.

Conforme constata Pimenta (2007) acerca dos relatos dos jovens participantes de sua pesquisa: "a angústia dos(as) entrevistado(as) está justamente no menor controle sobre o momento e a possibilidade de realização desses modelos, daí a sensação de 'atraso' ou 'descompasso' em relação às suas próprias expectativas e projeções para a vida adulta" (p. 451, grifos da autora).

Refletindo sobre as especificidades dos processos de transição no Brasil, Dayrell (2007), chega à conclusão de que por aqui o princípio da incerteza é dominante no cotidiano dos jovens. Diante das encruzilhadas de vida com as quais se deparam, as transições tendem a ser ziguezagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado. “No caso dos jovens pobres os desafios são ainda maiores, uma vez que contam com menos recursos e margens de escolhas, imersos que estão em constrangimentos estruturais”. (DAYRELL, 2007, p. 1114).

O desafio que se coloca como fundamental para o estudo dos processos de transição para a vida adulta na atualidade é o de compreender que, para além das variações que aqui foram tratadas no nível mais panorâmico, a transição tem a propriedade de se diversificar e complexificar ainda mais, na medida em que ganha sentidos e materialidade nas experiências dos jovens.

2 Novos arranjos das relações intergeracionais na família e seus efeitos sobre a ampliação da autonomia e independência dos jovens

Na atualidade, o conhecimento sobre a dinâmica das relações intergeracionais no meio familiar desponta como uma tarefa primária para compreensão da transição. Trata-se de entender que elementos de natureza objetiva e subjetiva balizam a constituição das famílias e as relações que ali se estabelecem entre as gerações mais jovens e as mais velhas e verificar como atuam sobre o processo de transição.

A família foi uma instituição social bastante afetada pelo advento das sociedades modernas ao mesmo tempo em que se tornou importante espaço de consolidação do projeto de indivíduo dessas sociedades. As relações que ocorrem nesse microcosmo de fórum privado estão ancoradas em questões e estruturas que perpassam os tempos sociais em que estão inscritas. Assim, mesmo não tendo sido uma invenção da

modernidade, a família se incorpora ao moderno como produto e produtora de novos modos de vida e socialização.

Nas primeiras expressões das sociedades modernas a incorporação da família ao modo de vida moderno requeria principalmente a redefinição do tipo de laço que aproximava os indivíduos em torno dessa unidade de socialização. Amarras como a consanguinidade e as obrigações de continuidade dos patrimônios familiares que até então estruturavam o pertencimento dos indivíduos às famílias, eram incoerentes e impeditivas para o processo de individualização humana, apregoado como condição central do ser moderno. Assim, a noção de família como unidade de sobrevivência é questionada e, aos poucos, substituída pela noção de unidade de afeto (ALMEIDA, 2009).

Até meados do Século XX as relações entre os membros das famílias, o que inclui as relações entre as gerações mais velhas e as mais jovens foi predominantemente marcada pela hierarquização do poder de decisão que se concentrava nas mãos dos adultos e requeria a obediência dos mais jovens.

Os argumentos que sustentaram esse modelo de socialização afirmavam a minoridade das crianças e jovens. Estes argumentos incluíam desde a alegação da imaturidade biológica e psicológica até a questão legal como impeditivos para considerar-lhes aptos a posicionarem-se acerca de seus futuros.

Apesar de ainda encontrarmos resquícios dessa exacerbação do poder do adulto sobre os mais jovens nas sociedades atuais, observa-se que a partir da segunda modernidade, as relações entre pais e filhos apresentam-se cada vez mais horizontalizadas e a matriz da autoridade paterna/materna é refundada em um contexto no qual o valor da autonomia passa a concorrer com o valor da obediência e é posto em ação um processo de desfiliação que se inicia ainda na infância.

Segundo destaca Almeida (2009, p. 95), a reconfiguração das relações intergeracionais no interior das famílias reflete um processo social mais amplo que diz respeito à implantação do regime democrático nas sociedades modernas.

Se a democracia se vinha revelando [...] no modelo de organização social entendido como mais justo, pois assente na ideia de que todos os indivíduos são (ou devem ser) iguais em liberdade e autonomia, também na família a forma democrática de relações sociais, reproduzindo à escala os mesmos princípios se foi, muito

lentamente ainda assim, consolidando como modelo normativo a seguir nas relações entre os membros do casal, estendendo-se a perda de força das relações baseadas na autoridade e no estatuto hierárquico, às relações de filiação.

Esses novos padrões e valores que predominam no âmbito das relações, se expressam materialmente em arranjos familiares que não cessam de se renovar. Não é necessário regressar muito no tempo para perceber a expressividade que adquirem as famílias monoparentais, o fenômeno da redução do número de filhos por casal, a articulação da noção de família ao núcleo composto por no máximo duas gerações, o crescimento das famílias homo afetivas, entre outras.

Importante dizer também, que o processo de reformulação da família é ladeado pelo estabelecimento de marcos legais que definem direitos, papéis e obrigações no âmbito público e privado e corroboram na consolidação de normas, valores e representações que passam a regular e orientar das relações familiares.

No que diz respeito ao lugar dos mais jovens com relação aos mais velhos ou, mais precisamente, dos filhos com relação aos pais, o processo de desfiliação resignifica a condição de filho/a, de modo que ela pode perdurar para além da juventude, mas já não estrutura necessariamente a totalidade da existência do indivíduo (SINGLY, 2005). É possível ser hoje o *filho de* e muitas coisas mais. Dizer-se o *filho de* já não aprisiona o indivíduo na teia dos compromissos morais e de subsistência para com as origens tanto quanto se observou em contextos anteriores.

Diante das mudanças que ocorrem nos campos normativos, institucionais e culturais e redefinem aquilo que se espera do indivíduo e das famílias, tendem a se tornar cada vez mais raros ou pelo menos mais disfarçados os contextos familiares de orientação prescritiva, enquanto se tornam cada vez mais comuns modelos de relação entre pais e filhos baseados na negociação e em outros modos aconselhamento.

A aterrissagem dos novos modelos de relações intergeracionais, na experiência particular de cada família e indivíduo, sofre variações de acordo com o modo como os sujeitos estão integrados na sociedade, sendo importantes variáveis a observar a sua posição no sistema produtivo e outros pertencimentos, tais como: étnicos, religiosos, regionais etc.

Para Singly (2005), a tensão entre uma lógica educativa baseada na obediência e na disciplina (remanescente da primeira modernidade) e uma lógica educativa baseada

na autonomia do indivíduo (mas comum na segunda modernidade), resulta numa identidade juvenil dividida. “Em alguns momentos de sua existência, o jovem está em um mundo que lhe é próprio e em outros momentos circula por um mundo imposto por seus pais (e seus professores)” (SINGLY, 2005, p. 114).

Para o autor, esta tensão produz diferentes graduações de autonomia dos jovens, alargando-se quando se trata de amizades, vida sexual e lazer e estreitando-se nos assuntos escolares, por exemplo.

Em semelhante direção, dados extraídos da Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013) demonstram que os pais predominam como interlocutores dos assuntos relacionados à educação e futuro profissional, enquanto que os amigos são preferidos para discutir sexualidade, por exemplo. Os relatos dos jovens participantes da pesquisa também confirmam que os pais, mas, sobretudo as mães, são importantes referências para os jovens nos assuntos relacionados à escola e ao futuro profissional.

As relações mais horizontais entre pais e filhos pressupõem modos mais sutis de estabelecimento da autoridade paterna e materna, de modo que as trocas entre jovens e adultos no meio familiar na atualidade nem sempre deixam explícitas todas as intenções que os movem. Assim, há diferentes maneiras de um pai e uma mãe influenciarem seus filhos na escolha de uma carreira, de uma escola ou de um(a) namorado(a), como há também diferentes modos de os jovens conseguirem apoio para aquilo que perseguem.

Em pesquisa com jovens portugueses, Pappamikail (2004) conclui que o apoio familiar prestado pelos pais na fase de transição da escola para o trabalho é visto de forma positiva e entusiasta pelos jovens. A autora afirma que para os jovens portugueses investigados, a família é uma bolsa de recursos a que podem recorrer frequentemente.

Composta de capitais emocionais e materiais que variam em quantidade e variedade consoante a condição social dos sujeitos, esta bolsa produz suportes não somente porque os recursos são disponibilizados pelos pais, mas também porque são entendidos como disponíveis pelos filhos.

Pode-se perceber que a posição assumida pelos adultos e os jovens com relação à manutenção e provimento de recursos materiais da casa é um aspecto fundamental na estruturação das relações entre ambos. Apesar de serem mais comuns os casos em que o apoio material procede dos adultos para os jovens, nas classes populares é possível

encontrar muitos casos em que os jovens dividem ou assumem integralmente as responsabilidades pelo provimento da casa.

As experiências dos jovens participantes da pesquisa comprovam a existência de uma relação estreita entre a conquista da independência financeira e a ampliação da autonomia, mas este é um processo que é influenciado por muitas outras variáveis, inclusive algumas de fundo moral. Mesmo entre os jovens que declararam ser completamente independentes dos pais no campo financeiro e inclusive para aqueles que assumem o papel de provedores da casa, verifica-se que algumas regras e outros tipos de controle feito pelos pais operam fortemente sobre suas decisões.

Independentemente da posição que ocupam na manutenção do domicílio, os jovens entendem que a casa é de seus pais e enquanto ali estiverem a principal contrapartida a ser dada aos “donos da casa” é a obediência. Em todo caso a situação é ambígua, como se pode perceber nos relatos do jovem Renato.

Quando é indagado de modo genérico sobre quem é responsável pelo estabelecimento das regras em casa Renato afirma:

Agora mudou! Quem coloca (regras) sou eu! Sou eu que imponho as regras. Ela (a mãe) acaba executando. Todas, tipo: quando eu chego, quando eu vejo alguma coisa bagunçada eu peço para ela arrumar. Tudo... se tem alguma coisa para fazer eu falo.

Na entrevista anterior, Renato havia mencionado que a mãe impunha uma regra que o proibia de levar alguém para dormir em casa, então quando é indagado especificamente sobre esta imposição, ele diz: “Ainda continua. Continua impondo essa regra. A casa é dela, né. Eu que sustento, mas a casa é dela, o prédio. Eu acabo obedecendo. E nem ela também (pode levar ninguém), nem ninguém. É para todos”. (Renato).

A pesquisa traz também realidades que espelham outras combinações no que diz respeito à participação dos jovens na subsistência da família e à ampliação da autonomia.

Havia jovens que não possuíam renda ou cujas rendas cobriam apenas uma parte dos gastos de subsistência e itens de uso pessoal, mas que apesar disso registram ganhos significativos no plano da autonomia ao longo do período pesquisado. Fatos tais como:

completar dezoito anos, concluir o ensino médio, ingressar no ensino superior e progredir no mercado de trabalho, são citados como fatores importantes no alargamento dessa autonomia juvenil.

A jovem Kelly, que nas duas primeiras entrevistas foi enfática ao falar do controle e rigidez da mãe sobre seus horários e atividades, na terceira entrevista afirma que algumas coisas haviam mudado radicalmente nesse plano familiar:

Mudou pra caramba a minha relação com a mamãe, a gente tá mais companheira, digamos assim, depois que eu... sei lá... mudei, eu mudei pra caramba, como eu te falei, dezoito anos pra mim foi uma mudança muito grande, o pensamento é bem diferente. Então a gente tá bem companheira. A minha mãe tá com um projeto de voltar pro Maranhão, [...] então a gente tá vendo como vai suceder isso da melhor forma e acho que até o final do ano ela tá indo, [...] e eu vou ficar e aí depois quando eu me formar a gente vai ver como é que faz isso.

A ampliação da autonomia dos jovens também é impulsionada pelo movimento de resistência ou questionamento que fazem acerca de algumas regras ou costumes com os quais não estão plenamente de acordo. O trecho extraído do relato da jovem Denise elucida um caso desse tipo.

Tinha um período que eu tava usando alargador (de orelha), mas por minha família ser evangélica eles não gostaram muito dessa ideia, mas eu tentei conversar, explicar, perguntar, pedir conselhos com relação a isso e por meu pai ser evangélico ele foi pra bíblia dizer que não pode e tal [...], mas mesmo assim eu não acreditei porque a gente por ser jovem a gente pesquisa muito, não tô desacreditando no que diz a bíblia ou que Deus existe ou qualquer coisa assim, mas a gente passa a entender de forma melhor, a gente procura saber o que diz na bíblia, procura interpretar da melhor forma possível, então eu tentei explicar isso pra ele, mas meu pai e tal... não aceitou né. Eu

tirei desse lado, desse lado ficou e não é por birra não, por ser rebelde é porque eu comecei a gostar.

Há casos também em que as principais mudanças na relação com a família surgem como respostas a algumas contingências da vida. A jovem Taís, por exemplo, obteve autorização para dormir na casa do namorado, visando facilitar seu deslocamento para o trabalho. Na última entrevista Taís avalia as mudanças ocorridas em sua vida no período da pesquisa e diz:

Eu não podia namorar, agora eu posso, já tô quase casando (risos). Tô quase casando, já tô trabalhando, já não tô dormindo em casa, coisa que eu não podia fazer. Mas essa questão de eu sair de casa não foi nada planejado, foi mais por necessidade, pelo fato da rota não vir aqui, devido à distância, aí eu ir pra lá, mas por isso.

Os relatos desses jovens demonstram que os pais não estão eximidos de algumas contrapartidas ou adaptações, tanto quanto os jovens não estão totalmente alijados da tomada de decisões. O fato é que as condições de independência e autonomia dos jovens nem sempre coincidem e, apesar de se influenciarem mutuamente, não é possível afirmar que a posse de uma, leve diretamente à outra.

Compreender as diferenças conceituais entre essas duas condições – autonomia e independência - é uma ação importante para entender as relações entre ambos. Segundo Almeida (2010) a autonomia pode ser definida como “um conjunto de (in)competências psico-sociológicas transitórias ou permanentes, também servindo para aferir a condição global do sujeito face a outros, numa ou em todas as dimensões de sua existência, independentemente da fase do seu ciclo da vida”; enquanto que a independência resume-se a “autossuficiência do indivíduo no que diz respeito aos recursos que mobiliza para agir.” (ALMEIDA, 2010, p. 404).

A autonomia diz respeito, portanto ao modo como os sujeitos escolhem e decidem agir, enquanto que a independência responde pelos recursos necessários à concretização do agir autônomo. Importante mencionar que não há uma medida geral a partir da qual é possível aferir o grau de autonomia e independência do sujeito. Isso só é possível levando em conta o jogo relacional que se estabelece entre o sujeito e seus

grupos, no caso da autonomia, e aquilo que se considera necessário para realização das intenções do sujeito em um determinado contexto. Assim, o indivíduo não é autônomo e independente senão em relação a alguém ou algo.

Para Singly (2005) a autonomia e a independência são dimensões centrais do processo de individualização e a dissociação dessas duas dimensões é a característica central da juventude na segunda modernidade. Para o autor a configuração social contemporânea tem criado muito mais possibilidades de desenvolvimento da dimensão da autonomia que da independência juvenil. Assim, Singly (2005, p. 115) considera que,

Los jóvenes se hallan em las condiciones sociales y psicológicas que les permiten acceder a uma certa autonomia, sin disponer, por ello de recursos, especialmente económicos, suficientes para ser independientes de sus padres.

Os dados dessa pesquisa sinalizam que há uma grande variação nos modos como os jovens buscam ampliar sua independência e autonomia. De um modo geral esses dados reforçam que as relações intergeracionais no meio familiar estão mais horizontais e há também um contexto mais favorável à consideração do jovem como um sujeito de direitos, em condições de se posicionar de modo autônomo sobre seu presente e futuro.

Os dados também mostram que essas tendências mais amplas desdobram-se em diferentes modos de combinar independência e autonomia, e, de transitar para a vida adulta, modos estes profundamente marcados pelas questões estruturais que afetam hoje o jovem brasileiro em nível nacional e local.

Considerações Finais

O estudo indica que predominam na atualidade os modos de transitar para a vida adulta segundo trajetórias pouco lineares. Isso ocorre tanto porque se vive hoje um contexto social no qual os indivíduos encontram maiores condições de fazer escolhas despadronizadas, mas também, por paradoxal que seja, também se deve ao efeito de insegurança e desestabilização provocado pelo processo reestruturação das sociedades contemporâneas.

No que tange às relações intergeracionais na família, é pertinente mencionar que apesar da força que ganham os novos modelos de relação, mais abertos a negociações que eram impensáveis em outros contextos, a exemplo da divisão das tarefas domésticas entre os membros do sexo feminino e masculino, do menor controle dos pais sobre os horários de saída e chegada dos filhos, da permanência dos filhos no domicílio de origem após a maternidade ou paternidade etc. permanecem significativos os casos de jovens, especialmente as mulheres jovens, que vislumbram na maternidade e na união conjugal a possibilidade de melhoria de vida e de ampliação da autonomia e independência.

O que há de preocupante nesse quadro é que o contexto de precariedade que costuma marcar essa experiência termina muitas vezes por situar os jovens em novos modos de dependência e falta de autonomia, mesmo quando constituem domicílio próprio na condição de cônjuges ou chefes de família, como demonstram os dados da pesquisa.

Esses alertas trazem as contradições que o processo de transição para a vida adulta pode hoje abrigar, pois ao passo que as estruturas e valores sobre as quais estão apoiadas a condição juvenil e a vida adulta tendem a se flexibilizar e contribuir para a individualização dos percursos, as desigualdades dos campos social e econômico continuam a constranger uma parcela significativa dos jovens brasileiros a processos de transição contingenciados por sua classe social e outros pertencimentos de cor, região, sexo etc. que os inferiorizam.

Olhar para as experiências particulares de transição dos jovens de Manaus participantes da pesquisa é um modo de compreender esse contexto social, da mesma maneira que a compreensão do movimento de autonomização e conquista da independência desses jovens precisa considerar os efeitos dos constrangimentos estruturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ALMEIDA, Lia Pappámikail Ribeiro d'. Juventude, família e autonomia: entre a norma social e os processos de individuação. 2009. 512 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. Sebastião Nascimento (trad.). 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida: Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

BRASIL/Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, ago, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; MELO, Juliana Leitão. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? Mercado de Trabalho, 53, Brasília: IPEA: MTE, nov. 2012.

CASAL, Joaquim *et al.* Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventude desde la perspectiva de la transición. Papers – Revista de Sociologia, N. 79, 2006, 21-48.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Transições Incertas: os jovens perante o trabalho e a família. 2. Ed. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2007.

PAIS, José Machado. Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2005.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 46, 2004, p. 91-116.

PIMENTA, Melissa. "Ser jovem" e "ser adulto": identidades, representações e trajetórias. 2007. 463 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SINGLY, François. Las formas de terminar y no terminar la juventud. Revista de Estudios de Juventud. N. 71, dez, 2005.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de

qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo.
2007. 441 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2007.